

POLIFONIAS: FALANDO SOBRE HIV/AIDS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

POLYPHONIES: TALKING ABOUT HIV/AIDS IN UNIVERSITY EXTENSION

RESUMO

Este artigo discute como a extensão universitária pode atuar como uma potente ferramenta no enfrentamento aos três fenômenos que configuram o que Daniel e Parker (2018) denominam de “terceira epidemia”: e que se traduz em estigma, discriminação e preconceito relacionados ao HIV/Aids. A partir da análise de experiências extensionistas desenvolvidas em contextos diversos, dentro e fora da universidade, argumentamos que tais iniciativas contribuem para a construção de espaços de escuta, diálogo e produção coletiva de saberes sobre sexualidade, saúde e direitos humanos. Ancorado no princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o trabalho evidencia que o combate ao estigma não se limita aos muros da universidade, mas se expande para praças, escolas, redes sociais, oficinas e ateliês, alcançando diferentes públicos e territórios. As práticas extensionistas analisadas lançam mão de metodologias participativas e linguagens plurais — com destaque para o uso da arte e da abordagem interdisciplinar — como forma de sensibilizar e mobilizar afetos, desconstruir estereótipos e afirmar políticas de prevenção, cuidados e reconhecimento. Intermediadas pelo olhar antropológico, tais práticas ganham o mundo embebidas pelo respeito à diversidade e atenção aos significados nem sempre explícitos do universo dos outros. Sustentamos, pois, que a extensão, quando orientada por uma perspectiva crítica e comprometida com a transformação social, torna-se um dispositivo ético e político fundamental na resposta à epidemia, ao tensionar as barreiras simbólicas e estruturais que a sustentam. Dessa forma, reafirmamos o papel da universidade pública como agente ativo na luta contra o estigma, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, democrática e comprometida com o enfrentamento das desigualdades e discriminações.

Palavras-chave: Extensão universitária. Prevenção. HIV/Aids. Estigma.

Lídia Arnaud

Doutoranda em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba; bolsista Fapesq; integrante do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura; colaboradora do Projeto de Extensão Falando sobre Aids. Orcid: 0000-0001-8710-0781. E-mail: lidiaarnaud@hotmail.com

Marcia Reis Longhi

Doutora, professora associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba, docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da mesma Universidade. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura; colaboradora do Projeto de Extensão Falando sobre Aids. Orcid: 0000-0001-7438-5466. E-mail: : marciareislonghi@gmail.com

Akim de Paula

Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba, bolsista do Projeto de Extensão Falando sobre Aids, membro do Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura. Orcid: 0009-0008-5962-2572. E-mail: akimpsouza@gmail.com

ABSTRACT

This article discusses how university outreach can serve as a powerful tool in addressing the three phenomena that constitute what Daniel and Parker (2018) refer to as the «third epidemic»: stigma, discrimination, and prejudice related to HIV/AIDS. Based on an analysis of outreach experiences developed in diverse contexts, both within and outside the university, we argue that these initiatives contribute to creating spaces for listening, dialogue, and collective knowledge production about sexuality, health, and human rights. Anchored in the principle of the inseparability of teaching, research, and extension, the work demonstrates that the fight against stigma is not limited to university walls but extends to public squares, schools, social networks, workshops, and studios, reaching different audiences and territories. The analyzed extension practices employ participatory methodologies and plural languages—highlighting the use of art and interdisciplinary approaches—as ways to raise awareness, mobilize emotions, deconstruct stereotypes, and affirm policies of prevention, care, and recognition. Mediated by an anthropological perspective, these practices are infused with respect for diversity and attention to the often implicit meanings within others' worlds. Therefore, we argue that extension, when guided by a critical perspective committed to social transformation, becomes a fundamental ethical and political tool in responding to the epidemic, by challenging the symbolic and structural barriers that sustain it. In this way, we reaffirm the role of the public university as an active agent in the fight against stigma, contributing to the construction of a more inclusive, democratic society committed to addressing inequalities and discrimination.

Keywords: University extension. Prevention. HIV/Aids. Stigma.

A “doença inexorável”: de segundos a décadas

Quarenta segundos. Foi esse o tempo, segundo relatou Herbert Daniel (2021), que o médico utilizou para anunciar o seu diagnóstico, entregar-lhe uma receita e receber o pagamento pela consulta. Quarenta segundos para anunciar o “início de uma viagem sem volta”, como assinala o mesmo autor. E depois daqueles poucos segundos, o que lhe aconteceu? O que acontece à pessoa que recebe o diagnóstico? Seja nos anos iniciais da epidemia ou nos dias atuais, em que pesem os avanços biomédicos, as implicações vão muito além de quarenta segundos. Após décadas de enfrentamentos às repercussões de um vírus biológico, continuamos a lidar com os flagelos sociais por ele desencadeados, levando ao entendimento de que lidamos com um “vírus ideológico do pânico e dos preconceitos” (DANIEL, 2021), que no seu rastro construiu uma grande barreira para a superação das questões que surgiram junto com o vírus HIV, o estigma. Ao tratar de estigma, inevitavelmente, evoca-se o nome de Erving Goffman (1988), autor que dissertou sobre o assunto, abordando a questão da identidade. Grosso modo, podemos defini-lo como atributo indesejável socialmente, tendo como um dos efeitos o descrédito perante as expectativas e normas da sociedade. Há que se ter em conta, porém, as especificidades suscitadas por uma epidemia como a da Aids: o surgimento

de uma doença desencadeada por um vírus que se disseminou e ceifou o maior número de vidas na comunidade gay, sendo por isso batizado inicialmente de “câncer gay” ou “peste gay”, imediatamente lança luz sobre as práticas sexuais, de modo que, desde então, não se pôde deixar de associar o HIV à sexualidade. Desta associação, se construiu o estigma sobre a doença por ele causada, e assim nos vimos diante da terceira epidemia: a do estigma e da discriminação (PARKER & AGGLETON, 2021).

Considerando o momento em que foi descoberto o vírus da imunodeficiência humana e os avanços experimentados no campo biomédico até o momento presente, é possível medir o poder do estigma que persiste, desde que este vírus foi associado a determinadas práticas sexuais, que no início da epidemia eram um dos critérios para enquadrar pessoas em “grupos de risco”, assim como aconteceu aos/às profissionais do sexo e usuários de drogas injetáveis, por exemplo. Tão veloz quanto a transmissão e a letalidade do vírus isolado e identificado nos anos iniciais da década de 1980, foi a construção de um estereótipo em torno das pessoas com sorologia positiva e, através deste estereótipo, um largo passo foi dado, rumo à discriminação.

A construção dos estereótipos nos anos iniciais da epidemia, através das populações enquadradas nos chamados “grupos de risco” - ainda que esta identificação tenha sido, mais tarde, denunciada como violação dos Direitos Humanos - teve efeito também para outras populações. As mulheres heterossexuais, por exemplo, foram “invisibilizadas”, havendo confusão de sintomas com outras doenças, de modo que o diagnóstico era feito tardiamente ou nem mesmo acontecia. Afinal, aquela doença, segundo a perspectiva vigente, era doença da promiscuidade, de certos grupos. Outro elemento assinalado por Barbosa e Villela (1996) foi a desvalorização da sexualidade feminina como fonte de prazer, o vínculo da sexualidade feminina com a reprodução, que somados ao estigma do “câncer gay”, dificultou a prevenção para esta população, o que levaria ao aumento de mulheres vivendo com o HIV, em outro momento da história do HIV/Aids.

Nos parágrafos acima, passamos de quarenta segundos para décadas em poucas linhas. Saímos de uma experiência individual para um cenário mundial, mas não devemos ignorar todas as nuances e especificidades que se apresentaram ao longo deste recorte temporal, inclusive as peculiaridades de cada contexto onde a epidemia se instalou. E, se permanecemos emaranhados nos desdobramentos desta epidemia, não se deve à falta de avanços nas pesquisas e na implementação de tratamentos eficazes, mas à complexidade da Aids como fenômeno social, que não pode ser tratada com “balas mágicas”, ou seja, “a entrega de tecnologias de saúde (geralmente novas drogas ou aparelhos) dirigidas a uma doença específica apesar da miríade de fatores societários, políticos e econômicos que influenciam a saúde” (BIEHL, 2011, p. 267). Assim sendo, não há apenas uma resposta à epidemia, não se busca apenas uma resposta medicamentosa. Ao contrário, faz-se necessário o manejo dos outros sintomas, para além do biológico. As tecnologias de saúde contribuíram para que pudéssemos ver o HIV e a Aids ganharem outro status, passando de uma doença mortal para uma “doença comprida”, tal como a definição de Fleischer e Franch (2015):

distúrbios, sofrimentos e doenças que não são tidas como curáveis, esse tipo mais corriqueiro em nosso imaginário de padecimentos. Estamos a falar de experiências de dor e achaques que se iniciam, ficam e para os quais não há tratamentos definitivos. Pelas ciências médicas, têm sido chamadas de “crônicas”. (p. 17)

Apesar da cronificação da doença, que Hervé Guibert (2023) chamou de “doença inexorável”, as respostas biomédicas não são suficientes, devem vir acompanhadas das respostas sociais e políticas, conforme nos ensinaram as décadas de epidemia.

A expectativa de vida diante de um diagnóstico que antes era um atestado de morte a curto prazo, leva a outras questões. Não examinaremos todas aqui, mas devemos sublinhar, ainda que brevemente, o anúncio do fim da Aids como uma ideia em torno da qual orbitam obstáculos para a superação de problemas inerentes à epidemia e outros que surgem ao longo de sua história. Ao interrogar o discurso dos gestores ou “administradores da epidemia”, Parker (2015) estabelece uma separação entre esta ideologia sobre o fim da epidemia e a realidade das pessoas vivendo com HIV. Segundo o referido autor:

tudo isso nos faz recordar que muito do que se fala da epidemia de AIDS é feito de ficção. São histórias que as pessoas contam sobre a epidemia, que muitas vezes, não tem raiz nos dados científicos, mas sim numa ideia de um vírus ideológico. E muitas das histórias que contam não são verdades – mesmo quando alguns contadores de histórias são cientistas e gestores. (p.04)

Neste ponto, é relevante assinalar que a ciência, ainda que se pretenda neutra, é produzida por indivíduos imersos em valores e ideias dominantes na sociedade, de maneira que suas narrativas são parciais e localizadas, como afirma Knauth (2013), nos fazendo lembrar Donna Haraway (1995, p. 10) quando esta afirma que “Todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico”. Então, o anúncio do fim da Aids, conforme nos adverte Parker (2016), pode ser uma justificativa para reduzir recursos destinados ao enfrentamento da epidemia e adoção de políticas neoliberais, sob a justificativa de que o sucesso das respostas biomédicas seria suficiente, dispensando as respostas sociais e políticas.

Diante deste cenário, situamos o projeto de extensão que apresentaremos a seguir como uma valiosa estratégia de resposta ao HIV, na medida em que trabalha no sentido de informação, prevenção, conscientização, e no enfrentamento do estigma, através das ações que atuam não só no público acadêmico, mas através da sua interação com a comunidade em geral, inclusive através de parcerias com os movimentos sociais, trazendo os seus pleitos para a universidade e levando estudantes a conhecer as realidades destes movimentos, como um espécie de capacitação que forja não apenas acadêmicos, mas cidadãos em sintonia com a realidade que os espera na vida cotidiana

e profissional. Evidenciando, sobretudo, que a Aids não chegou ao fim. Neste intento, a antropologia aparece como meio privilegiado para o alcance necessário das nossas ações, acompanhada de outros campos de conhecimentos que enriquecem as ações do projeto em tela.

Isto posto, através do relato de construção e atuação do projeto de extensão Falando sobre Aids, intencionamos lançar luz sobre o potencial de politização da extensão, através das vivências não apenas de seus integrantes, mas do compartilhamento de espaços e saberes atravessados por diferentes marcadores sociais, e das vivências de diferentes atores que conjugam os mesmos verbos que nós a fim de fazer ecoar informações, cidadania e respeito, de instaurar práticas e discussões que desloquem as questões relacionadas ao HIV/Aids da sombra do estigma e da desinformação que o nutre.

Antes de chegarmos ao projeto de extensão em si, dedicaremos algumas linhas a uma contextualização acerca da epidemia que dá sentido à existência do projeto, em seguida exploraremos a articulação entre a antropologia e a extensão, que viabiliza o mesmo, para então trazeremos as ações desenvolvidas, de modo a respaldar a ideia de ações extensionistas como resposta estratégica ao HIV/Aids, finalizando com algumas considerações sobre a experiência extensionista, tomada como eixo central deste artigo.

Olhando a epidemia pelo retrovisor

Já na quinta década da epidemia do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV), ainda é possível identificar problemas que remontam ao seu início — em 1983, quando o vírus foi isolado e identificado. Entre esses problemas, é impossível não mencionar o estigma, a discriminação e o preconceito, que seguem sendo reproduzidos, mesmo diante dos avanços notáveis, não apenas no campo médico e biomédico, mas também nas lutas por direitos e cidadania.

A história da Aids no mundo — e, especialmente, no Brasil — é marcada por incertezas, medo, desinformação — e, também, por resistência. A epidemia emergiu no início da década de 1980, com os primeiros casos registrados nos Estados Unidos, predominantemente entre homens homossexuais. Essa associação inicial deu origem a uma sequência de termos pejorativos, compreensões moralistas da epidemia, perpetuados até os dias atuais, e que reforçam estigmas amplamente disseminados, afastando as pessoas da prevenção e dos cuidados. No Brasil, os primeiros diagnósticos também ocorreram nesse período, e o HIV/Aids foi rapidamente vinculado a práticas consideradas desviantes, como o uso de drogas injetáveis, a homossexualidade e o trabalho sexual. A escassez de informações científicas claras sobre o vírus e suas formas de transmissão contribuiu para a produção de uma espécie de “pânico moral” (DANIEL & PARKER, 2018, p. 21) que afetou, sobretudo, grupos sociais historicamente marginalizados, como assinalamos anteriormente.

A Aids surge como um fenômeno que põe em relevo, como apontam Franch e Perrusi (2013), a articulação entre o biológico, o poliestigmático e o social. A esta configuração complexa, soma-se a mídia, que exerceu um papel central na construção social da epidemia, frequentemente contribuindo para a consolidação de estigmas. Nos primeiros anos, sua cobertura foi sensacionalista e moralizante, ao associar o HIV/Aids a determinados grupos e comportamentos considerados imorais e desviantes. Narrativas desta ordem contribuíram para o silenciamento das pessoas afetadas e criaram barreiras ao diagnóstico e ao cuidado. As notícias veiculadas seguiam alimentando o medo coletivo e dificultando a implementação de respostas públicas eficazes. Não raro, revistas semanais e jornais de grande circulação atraíam os olhares para suas chamadas alarmistas, muitas vezes ilustradas por fotografia de pessoas emagrecidas, figuras masculinas com corpos esqueléticos, que foram tomados como a “cara da Aids”. A capa da revista *Veja* com a imagem do cantor Cazuza, talvez seja o exemplo mais emblemático do estereótipo construído para a doença: “Cazuza: uma vítima da Aids agoniza em praça pública” (*Revista Veja*, 1989). Mas não foi o único meio de comunicação a operar com este estereótipo ou expressões que carregavam nas tintas do preconceito, como “câncer ou peste gay”, associando HIV/Aids ao momento inicial da epidemia, quando foi tomada como uma doença que afetava a população homossexual.

Importa trazer ao texto esse tipo de referência, para assinalar, tal como sugerem Spink et. al. (2001), o poder da mídia, considerando o seu papel de produtora de sentidos, na construção da AIDS-notícia, uma vez que:

a mídia contribui significativamente na construção (e eventual circulação) de repertórios acerca da AIDS, um fenômeno biomédico cuja rede de sentidos não se limitou à dimensão médica, constituindo-se em objeto específico e independente: um produto da mídia. A AIDS-notícia antecede a epidemiologia propriamente dita, assumindo papel fundamental na emergência do chamado fenômeno social da AIDS. (p. 853)

Ademais, deve-se notar que é a partir da AIDS-notícia, da mídia, que a epidemia passa a fazer parte da sociedade, do seu cotidiano.

Nos primeiros anos da epidemia, a resposta governamental foi marcada por omissões e negligências, facilitando a disseminação do HIV. Nesse sentido, as respostas não-governamentais, resultantes da atuação da sociedade civil e do avanço das pesquisas e a mobilização de movimentos sociais, foram de grande relevância para que políticas públicas começassem a ser estruturadas. Há que se ter em conta, porém, que não se constitui um bloco monolítico com vistas a dar conta das demandas daquele momento. Jane Galvão (2000), propõem uma periodização das respostas não-governamentais brasileiras, ressaltando a heterogeneidade, ao notar as diferenças regionais; as iniciativas postas em ação em dado momento, mas que só se consolidam mais tarde; a organização de militâncias etc. Deste modo, de 1981 a 1996, a mencionada

autora caracteriza os períodos de surgimento dos primeiros casos e conscientização do problema; criação das primeiras organizações e, por fim, a atuação dos poderes públicos como coordenador das iniciativas existentes.

A partir de 1996, através da Lei nº 9.313 (BRASIL, 1996), o Brasil passou a ofertar tratamento antirretroviral gratuito por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Podemos apontar esta importante conquista como resultado da mobilização social, de ativistas que acionaram direitos e também de parcerias público-privadas. Trata-se de um modelo de atuação que conferiu ao Brasil reconhecimento internacional, afinal concedeu a uma ampla população o acesso à medicação disponível naquele momento. Importa pontuar, porém, que apesar dos benefícios, existem constrangimentos internos e externos em torno desta política, envolvendo, por exemplo, uma política de saúde global e a indústria farmacêutica *versus* um país do porte do Brasil capitaneando este tipo de ação sob os olhares internacionais. Para além dos aspectos políticos e econômicos mais amplos, no nível micro é importante observar as especificidades da população que tem acesso ao tratamento, como ele acontece e até mesmo como ocorre a distribuição e a adesão por parte das pessoas vivendo com o HIV. Neste ponto, conforme relatos ouvidos em nossas interações com integrantes do movimento social e profissionais de saúde, o legado da desinformação e do preconceito persiste, refletindo-se nas decisões destas pessoas no que diz respeito à adesão do tratamento, resultado das formas de estigma que ainda hoje afetam pessoas vivendo com HIV/Aids. Exemplo disso, são as pessoas que interrompem ou abandonam o tratamento devido ao receio de ser identificado/a por conhecidos nos espaços de distribuição dos medicamentos, que facilmente associam o público ao tipo de serviço prestado.

Conforme afirmou Perlongher (1987), diante da epidemia torna-se necessário, “sobretudo, atentar às repercussões sociais e sexuais desse constrangedor problema, que diz respeito às relações dos corpos e seus afetos” (p. 12). Deste modo, encontrar os meios necessários para lidar com as subjetividades presentes ao longo destas décadas de epidemia, tem sido um desafio. Ainda que não haja uma receita ou “bala mágica”, as Ciências Humanas e Sociais oferecem uma compreensão ampliada da epidemia de HIV/Aids, ao considerar os fatores sociais, culturais, econômicos e políticos que influenciam a forma como a doença é percebida, enfrentada e vivida, especialmente por populações vulnerabilizadas. Desde o início, associada a grupos marginalizados, a epidemia foi evidenciando a intersecção entre o estigma relacionado ao HIV e as desigualdades estruturais preexistentes. Parker e Aggleton (2021, p. 11) reforçam que “(...) não há nada nesta epidemia que se mostre tão difícil de ser enfrentado como o estigma”, e por assim dizer, indicando o que temos de mais complexo no que se refere às respostas ao HIV/Aids, combater a deterioração dessas identidades, que foram historicamente marcadas e marginalizadas.

Frente a esta conjuntura, as lentes das Ciências Sociais e Humanas tornam possível compreender como as práticas de estigmatização, discriminação e preconceito vinculadas ao HIV/Aids estão frequentemente ancoradas em julgamentos morais sobre comportamentos sexuais, uso de drogas e identidades que escapam à norma cisheteronormativa. Esse estigma repercute em múltiplas esferas da vida social,

dificultando o acesso a serviços de saúde, comprometendo vínculos familiares e afetivos e agravando quadros de sofrimentos psíquicos. Em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, como o brasileiro, essas dinâmicas afetam com maior intensidade populações LGBTQIAPNb+, negras e periféricas, que enfrentam múltiplas formas de vulnerabilização.

Ainda que o projeto de extensão sob análise preze, em sua essência, pela interdisciplinaridade, dentro das possibilidades das Ciências Sociais e Humanas, nos valeremos mais especificamente da perspectiva antropológica que o nutre e subsidia o encontro com a sociedade superando os muros universitários.

A antropologia para além dos muros

No âmbito das Ciências Sociais, talvez a que goza de menor familiaridade fora do contexto acadêmico seja a Antropologia. Com alguma frequência, nos deparamos com interrogações: O que é antropologia? O que ela faz? Qual o ofício do antropólogo? Estas interrogações nascem junto com a própria Antropologia, não sendo exclusividade do público leigo, e não são dissolvidas ao longo de sua história. Podemos ensaiar uma resposta recorrendo a Clifford Geertz: “Examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria. É tudo em que consiste a antropologia” (GEERTZ, 2001, p. 65). Mas, talvez seja metafórica demais, então podemos nos dirigir a uma antropóloga de fazeres mais recentes, em conversa com sua interlocutora mais próxima, que pergunta: “E como se faz isso de antropologia?”. Nastassja Martin (2021), responde, do âmbito das florestas siberianas, onde viveu, talvez, a sua mais intensa experiência antropológica:

Não sei como se faz isso, Dária. Sei como eu faço. Você está ouvindo? Estou. Eu me aproximo, sou captada, eu me afasto ou fujo. Retorno, capto, traduzo. Aquilo que vem dos outros, que passa pelo meu corpo e que vai embora não sei para onde. (p. 104)

Entre o antropólogo e a antropóloga acima mencionados poderíamos incluir um sem-número de outros profissionais dedicados a este ofício, assim como suas elaborações e, ainda assim, não teríamos uma resposta definitiva. O que não significa que não sigamos um método ou que não temos refletido sobre as nossas práticas; sobre a formação de novos colegas ou sobre os/as precursores que nos trouxeram até aqui; os sujeitos de nossas pesquisas; as interlocuções entre nós e profissionais de outras disciplinas; sobre o mundo que ocupamos, enfim. Podemos trazer como exemplo da autoanálise constante a que submetemos o fazer antropológico, os grupos de trabalho que compõem as reuniões da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), eventos que acontecem bienalmente, reunindo antropólogos/as de todo o país, realizadas em diferentes universidades, a cada edição, e eventos congêneres que põem em discussão

os aspectos fundantes do seu ofício, suas abordagens, seus campos de atuação. Ao lado dos eventos, as publicações da ABA, que trazem a lume as preocupações e debates de autores que se unem em torno desta pauta em comum e, especialmente para o que discutiremos aqui, a antropologia em ação, aplicada ou implicada.

Ainda que não cheguemos a uma definição consensual sobre o que é antropologia, podemos falar, enfim, de uma antropologia como mediadora de visões de mundo, cultura e perspectivas diferentes, como aventou Cardoso de Oliveira (2008). E nesse papel de mediadora, ela se expande para além do seu núcleo acadêmico, ultrapassando as “fronteiras” universitárias. Neste ponto, vale acentuar a proposição do mesmo autor, segundo a qual a interlocução tem sempre precedência sobre a intervenção, em se tratando de antropologia. Há que se assinalar também, seguindo o que sugere Gláucia Silva (2008), que a antropologia sempre extrapolou os muros, uma vez que sempre foi sensível às questões da sociedade e que uma proposta de trabalho extra-muros surge de experiências intramuros. Assim, podemos pensar na antropologia que ganha o mundo extra-acadêmico, através das práticas extensionistas. Ainda que os autores supramencionados estejam discutindo a antropologia que encontra espaços nas Organizações Não-Governamentais, órgãos do Estado ou mesmo aqueles que colocam suas habilidades desenvolvidas na academia à disposição de pesquisas mercadológicas, ou seja, pensando os campos de atuação para antropólogos/as, podemos utilizá-los para pensar a prática antropológica que ultrapassa as fronteiras universitárias através da extensão. E, por fim, aderir ao pensamento de João Biehl (2016, p.391), tomando “a antropologia como uma força mobilizadora no mundo que deve fazer funcionar debates produtivos para além dos muros universitários e das conversas entre pesquisadores e estudantes” e entendendo que “a antropologia não só permite, como também demanda a abertura para as dimensões macroestruturais, políticas, sociais, mas também pessoais e éticas, de empatia e de cuidado” (p. 395) .

Se a Constituição de 1988, sublinhou a indissociabilidade do trinômio ensino-pesquisa-extensão, levou três décadas para que a prática extensionista deixasse o seu lugar menos “nobre” neste trinômio, impulsionada pela Resolução nº 7/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. O documento citado preconiza dez por cento da carga horária curricular dos cursos de graduação para a extensão, tomando-a como “um processo interdisciplinar, político-educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (BRASIL, 2018). Tal processo ocorre a partir da articulação com o ensino e a pesquisa, fomentadores que são da produção do conhecimento aplicado no terceiro elemento da tríade que constitui o saber fazer acadêmico.

A interação entre instituições de ensino superior e outros setores da sociedade, enunciada na definição do que se entende por extensão, é mediada, no caso aqui analisado, a partir da antropologia, considerando que no Brasil a extensão universitária

sempre teve um considerável impacto social, o que é particularmente marcante na antropologia devido ao diálogo que

estabelecemos entre dinâmicas sociais, o universo acadêmico e as apreensões que intuímos a partir de problemas sociais e as potenciais políticas públicas resultantes. (VIEIRA & SCHWADE, 2025, p. 01)

O problema social com o qual lidamos, já foi delineado nas páginas iniciais deste artigo. E uma vez que trouxemos à baila o papel da extensão para o universo acadêmico, podemos, então, passar a apresentar a prática que resulta desta união e os seus efeitos, o Projeto de Extensão *Falando sobre Aids*.

Das primeiras letras às interlocuções: falando sobre a Aids

Do olhar arguto de pesquisadoras experientes – as coordenadoras do projeto – que perceberam a necessidade de espaços em que fosse possível abordar os aspectos sociais, culturais e políticos do HIV/Aids, e ainda fomentar debates e disseminar informações qualificadas a respeito, nasceu, em 2020, o projeto de extensão “Precisamos falar sobre Aids: enfrentando estigmas e divulgando informações”, versão primeira do atual projeto *Falando sobre Aids: debate e informação nas ruas, nas praças, nas redes*, em curso, em sua quinta edição. A percepção desta lacuna para abordar a epidemia de HIV/Aids por meio de um viés não biomédico e para além de um público especializado, tem o seu nascedouro nas atividades desenvolvidas pelo GRUPESSC (Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura), sob a coordenação das professoras Luziana Silva (UFPB, Campus IV) e Mónica Franch (UFPB, Campus I), também coordenadoras do Projeto de Extensão em pauta.

Cientes da “terceira epidemia”, ou melhor, da circulação do “vírus ideológico”, como já explicado em parágrafos anteriores, e de suas implicações nas respostas ao HIV/Aids, surge a proposta do *Falando sobre Aids*, fruto de uma senda acadêmica já trilhada professoras e coordenadoras. Junto ao Grupo de Pesquisa em Saúde, Sociedade e Cultura (GRUPESSC/UFPB), elas se aproximaram da temática, dela se apropriaram, pesquisaram e produziram, por meio das Ciências Humanas e Sociais, um estreito elo com essa questão. A emergência do projeto em questão está enraizada em um percurso de engajamento acadêmico e social que, antes mesmo da sua criação formal, já vinha sendo traçado por meio de pesquisas e trabalhos desenvolvidos em diversas frentes. Entre os temas abordados, destacam-se as conjugalidades em casais sorodiferentes, o uso da Profilaxia Pré-Exposição (PrEP), as redes de cuidado e as experiências de crianças que vivem com HIV/Aids, entre outros. Dessa forma, torna-se evidente o processo por meio do qual fomos gestados.

Como anuncia o título da primeira investida extensionista, o propósito era lançar luz sobre o mais desafiador resultado do “vírus ideológico” que acompanha o enfrentamento ao vírus da imunodeficiência humana e à síndrome que ele pode deflagrar, o estigma. Não por acaso, às duas primeiras epidemias - infecção pelo HIV e

infecção por doenças oportunistas que se refere à aids - sucede a terceira, a epidemia de estigma e discriminação (PARKER & AGGLETON, 2021). O que fora planejado para a versão primeira do projeto, precisou ser repensado, frente à chegada da pandemia de Covid-19 e o anúncio das medidas sanitárias voltadas para evitar a propagação do SARS-CoV-2. As ações foram desenvolvidas virtualmente, tendo como principal ferramenta de atuação, o *Instagram*, através do perfil @falandosobre aids. As possíveis limitações da virtualidade foram sobrepostas por suas potencialidades e capacidade de alcance. A criatividade dava a nota e as ações foram fluindo, resultando nos primeiros quadros que compõem o projeto e que descreveremos a seguir.

Nas duas primeiras edições (PROBEX 2020–2021 e PROBEX 2021–2022), sob o impacto da pandemia de COVID-19, com ações que se concentraram no ambiente virtual, especialmente no *Instagram*, como meio de difusão de informações e promoção de debates, foram realizadas *lives* com pessoas da militância e do movimento social de luta contra a Aids, da Paraíba e de outras regiões, além da divulgação de produções acadêmicas autorais da equipe, como artigos, resenhas, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e participações em eventos. E, com vistas a diversificar as linguagens utilizadas, alcançando um público amplo e diverso, construímos alguns módulos de ação, fixando algumas atividades como regulares, conforme a descrição abaixo.

O Cine Positivo, consiste na indicação de obras audiovisuais, curtas ou longas, que tenham como tema HIV/Aids. Os títulos são sugeridos com pequenas apresentações que os situam, evidenciando os aspectos relevantes. Além disso, temos a preocupação de indicar onde as pessoas podem encontrar as produções sugeridas, sem contar com a preocupação que temos em anunciar os riscos de conteúdos sensíveis e que podem provocar gatilhos. Esses são alguns títulos indicados: *Three Months* (2022), *Betinho: no fio da navalha* (2023), *Aquela criança com AiD\$* (2023), *POSE* (2018), *Carta para Além dos Muros* (2019), entre outros títulos que retratam desde as primeiras décadas da epidemia até os dias atuais, com diferentes recortes.

Outra iniciativa é o quadro Letras Positivas, ele nasceu da necessidade de falar sobre o HIV/Aids por meio da literatura, indicando obras que abordam essa temática. Aqui “a literatura não é compreendida apenas como um conjunto de textos sobre um assunto específico, mas como uma manifestação artística intermediada pela escrita, intrinsecamente ligada à sociedade” (Moraes; Souza; Moraes, 2022, p. 88), contemplando escritos desde a década inicial da epidemia, isto é, anos 1980, até a chamada literatura pós-coquetel, período marcado pelo surgimento dos primeiros medicamentos antirretrovirais (ARV). Durante o trabalho de curadoria dos textos escolhidos, e considerando os contextos de escrita, é possível notar, inicialmente, os momentos em que a Aids aparece como protagonista e aqueles que, conforme avançam as respostas à epidemia, tomam como elemento central as vivências com o HIV, interseccionada por questões do cotidiano. Caio Fernando Abreu e Marina Vergueiro são tomados, respectivamente, como expoentes principais do primeiro e do segundo momento acima referidos, sem, no entanto, restringir as indicações de leitura a estas duas referências.

Para além disto, Biografias de atores-chave na epidemia são divulgadas na abordagem que nomeamos de Biografia Positiva, bloco do quadro Letras Positivas, trazendo à tona as contribuições e participações de pessoas que engrossaram o coro das pautas em HIV/Aids, a exemplo da escritora Marina Vergueiro, do ativista Silvestre Gonçalves, e da Jacqueline Rocha Côrtes, ativista cofundadora da Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/Aids e figura de destaque no pleito de políticas públicas voltadas para as pessoas trans.

Lidar com o diagnóstico de HIV/Aids é algo impactante e complexo, mesmo que estejamos diante de uma “doença comprida” (FLEISCHER & FRANCH, 2015). Ainda que as terapias antirretrovirais tenham contribuído para a superação do encontro marcado com a “dama com a foice na mão” - para utilizar uma expressão de Nélide Piñon -, o estigma continua a imprimir a sua marca. Deste modo, um suporte psicológico, faz-se inteiramente necessário, ainda que não seja tão acessível quanto se deseja. Considerando a importância de acolhimento e orientação, oferecemos atendimento psicológico gratuito, através dos profissionais que integram a equipe do projeto. O contato é estabelecido via perfil no Instagram ou através de integrantes da equipe contactados por intermediários ou pela pessoa que busca este cuidado. A esta atividade chamamos Primeiros Cuidados Psicológicos em HIV/Aids.

Esses quadros que estão na formatação inicial do projeto, com atuação virtual, não deixaram de fazer parte das demais versões, até a atual, que conta com atividades presenciais em espaços diversificados conforme veremos a seguir. A importância de divulgar produções audiovisuais e literatura sobre o tema, assim como biografias de pessoas que contribuíram, de algum modo, para superar os efeitos de uma epidemia que vai além do vírus biológico, consiste, entre outras coisas, na veiculação de informações para uma população já distanciada dos impactos que ela causou, e na construção de uma memória do que tem sido as mobilizações em resposta ao HIV/Aids. Ainda que os avanços biomédicos tenham transformado o que era uma sentença de morte em possibilidade de vida, o resultado positivo para o HIV e o viver com ele não deixam de causar algum impacto, de modo que ter ao alcance informações seguras e escuta qualificadas, são de extrema importância. Fornecê-las atende aos princípios que constituem a extensão universitária.

A extensão do Falando sobre Aids: além das virtualidades

Desde sua consolidação em 2020, o projeto de extensão *Falando sobre Aids* tem adotado metodologias diversas, que vêm sendo aprimoradas a cada edição. Sua atuação é marcada por um movimento contínuo de experimentação e amadurecimento das formas de abordar o HIV/Aids, mobilizando diferentes linguagens e estratégias de debate e disseminação de informações, a exemplo dos quadros apresentados acima. Ante a necessidade de ampliar as ações nas praças, nas ruas, como sugere o subtítulo do projeto, algumas metodologias foram incorporadas.

Atualmente em sua quinta edição, o projeto continua com sua metodologia orientada pelo compromisso com a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão — princípio consagrado no Art. 207 da Constituição Federal (BRASIL, 1996) e da Resolução nº 7/2018 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2018). Esse fundamento tem guiado nossas práticas extensionistas, que articulam ações formativas contínuas, investigações individuais e coletivas, além de um diálogo constante com a comunidade acadêmica e com a sociedade em geral. Mais do que um conjunto fixo de procedimentos, compreendemos a metodologia como um percurso construído de forma reflexiva e situada, moldado pela experiência e pelo contexto. A seguir, apresentamos os principais elementos que compõem esse percurso metodológico, construído ao longo desses cinco anos de atuação e aprimoramento contínuo.

Com a reabertura gradual das atividades presenciais e o avanço da vacinação, a terceira edição do projeto (PROBEX 2022–2023) marcou a transição para uma atuação híbrida, incorporando atividades em espaços públicos, como praças. A mudança de nome da proposta para “*Falando sobre Aids: debate e informação nas ruas, nas praças, nas redes*” expressa essa inflexão metodológica, com a priorização do contato direto com a população e a descentralização do debate para além dos muros da universidade e dos espaços institucionais de saúde. Nesse contexto, realizamos 10 oficinas voltadas a diferentes públicos — profissionais de saúde, estudantes do ensino médio e universitários —, 4 delas em parceria com o Centro de Orientação e Desenvolvimento de Luta pela Vida (Cordel Vida), Organização da Sociedade Civil (OSC) atuante no movimento de HIV/Aids na Paraíba. As oficinas articularam momentos de mapeamento dos conhecimentos prévios, discussão informativa com práticas pedagógicas inspiradas nas linguagens das artes, da literatura, da encenação/performance, de produções artesanais. Faz-se necessário realçar esta parceria como via régia para troca de informações e experiências, bem como um contato privilegiado para tornar presente uma parte importante da história do movimento social. Um profícuo intercâmbio entre a militância, uma organização da sociedade civil e a Universidade, em eventos diversificados.

No âmbito da metodologia adotada pelo projeto, as oficinas ocupam um lugar central como espaços de experimentação, diálogo e construção coletiva de saberes. Compreendemo-las e concebemo-las inspiradas também pela pedagogia freiriana, pautadas por uma abordagem participativa, que valoriza a escuta, o envolvimento ativo dos sujeitos oficinairos e a partilha de experiências. Longe de práticas tradicionais como a educação depositária, primando por encontros que estimulem a reflexão crítica, a expressão criativa e o reconhecimento dos saberes e memórias presentes nas trajetórias de vida dos participantes. Joaquim e Camargo (2020) apontam para o potencial das oficinas como espaços férteis de produção de conhecimento, evidenciando que as oficinas baseiam-se no triângulo “encontro, acontecimento, experiência” — elementos que deslocam a centralidade da transmissão unidirecional de saberes para uma proposta mais dialógica, interativa e vivencial. Essa perspectiva valoriza a experimentação como caminho formativo, promovendo a participação ativa dos sujeitos envolvidos e atribuindo-lhes não apenas o protagonismo, mas a co-responsabilidade

pelo processo educativo. Complementarmente, os autores observam que os modos de condução das oficinas frequentemente implicam uma reconfiguração das relações de poder entre coordenadores e participantes, instaurando ambientes marcados por maior horizontalidade. Essa dinâmica favorece a criação de espaços de liberdade, autonomia e criatividade, permitindo que os objetivos, os formatos e os sentidos das oficinas possam ser construídos de forma coletiva e situada, em consonância com as experiências e saberes dos participantes.

A partir da categorização dos autores supramencionados sobre os tipos de oficinas – didáticas, artísticas, pedagógicas, terapêuticas, artístico-literárias, para citar algumas –, é possível observar que as oficinas que realizamos apresentam elementos que transpassam essas distinções, não se enquadrando rigidamente em apenas uma delas. Das oficinas realizadas, sete foram voltadas para profissionais de saúde e uma direcionada a estudantes do ensino médio; essas podem ser compreendidas como uma combinação entre oficina didática e oficina de trabalho. Outras duas oficinas – que denominamos *Ateliê da SIDA* – aproximam-se mais dos formatos artístico e de trabalho, sendo direcionadas ao público universitário, com a particularidade de resultarem em um produto final: uma caixa que intitulamos *Caixinha da Prevenção*, elaborada ao longo das atividades, disposta em lugares públicos (neste caso, na própria Universidade), contendo, em seu interior, preservativos internos e externos e gel lubrificante, acompanhados de materiais informativos sobre Serviços Especializados em HIV/Aids locais. Convém ressaltar a parceria da Gerência Estadual de IST/Aids no fornecimento dos insumos que são distribuídos na *Caixinha*.

Nossas ações fundamentam-se, portanto, na promoção de diálogos entre diferentes práticas e saberes sobre o HIV/Aids, produzidos em múltiplos contextos, como a Universidade, os movimentos sociais e os serviços de saúde. Para isso, adotamos uma abordagem de caráter simétrico, que orienta nossas ações tanto para a divulgação científica acessível à comunidade em geral quanto para a escuta ativa e valorização de conhecimentos oriundos de experiências vividas. Essa perspectiva implica reconhecer e articular os saberes de pessoas vivendo com HIV/Aids, bem como de ativistas, profissionais e gestores que atuam diretamente nesse campo, como parte constitutiva do processo de produção de conhecimento e intervenção extensionista.

Para fazer girar a roda extensionista, as reuniões quinzenais com a equipe, voltadas ao planejamento, *feedbacks*, formação interna e organização das atividades são o combustível. Esses encontros cumprem um papel fundamental na formação contínua do grupo, contribuindo para o aprimoramento das abordagens utilizadas. Para além do planejamento, esses espaços também são marcados por discussões teóricas, leitura de artigos acadêmicos, matérias jornalísticas, obras literárias e produções audiovisuais, funcionando como instâncias regulares de amadurecimento teórico, metodológico e analítico.

Além do que expusemos até aqui, acompanhamos as ações promovidas por outros coletivos, ONGs e OSCs em seus projetos, atividades e eventos que atuam na temática HIV/Aids, com os quais buscamos estabelecer parcerias, diálogos e trocas. Com a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA) temos uma constante

interlocução e uma das ações conjuntas foi o Seminário Estigma como Barreira para a Prevenção e Tratamento, realizado em João Pessoa, em novembro de 2022. O Movimento do Espírito Lilás (MEL), assim como o já mencionado Cordel Vida, têm sido elos importantes no intuito de fazer ecoar nossas ações e atualizar as pautas em torno das respostas ao HIV/Aids, frente aos debates públicos e o fortalecimento de vínculos com sujeitos e instituições — governamentais e não governamentais — que compõem o campo da luta contra o HIV/Aids. Trazemos integrantes de ambos para eventos na Universidade e levamos nossos integrantes para seus espaços e eventos, até mesmo como atividades de capacitação para a equipe. Sem esquecer do Grupo de Apoio à Vida (GAV), sediado em Campina Grande, com o qual também estreitamos laços de solidariedade e de colaboração recíproca.

As metodologias construídas coletivamente, combinam ações de formação, comunicação e intervenção, primando por abordagens antiestigmatizantes, considerando as dinâmicas implicadas em prevenir, viver e conviver com o HIV/Aids, levando em conta as diferentes vulnerabilidades, as práticas sexuais — heterossexuais e também aquelas que fogem à norma heterocisgênera —, as percepções de gênero e sexualidade, e a importância do trato humanizado. Afastando-se, assim, de atitudes moralizantes, alinhando-se aos princípios do fazer antropológico.

Há, ainda, um tipo específico de ação que, embora já tenha sido debatida internamente, ainda não foi devidamente documentada ou divulgada por nós. Trata-se daquilo que poderíamos nomear “os membros como anexos da extensão” ou, de forma mais direta, “extensionista 24h”. O que queremos dizer com isso? Frequentemente, somos procurados por pessoas em busca de informações variadas sobre HIV/Aids — seja por mensagens privadas no *Instagram* do projeto, seja nos encontros cotidianos dos próprios membros com amigos, colegas ou familiares. Essa dinâmica nos atravessa e amplia o alcance da extensão para além dos horários e espaços formais, transformando nossos corpos e vivências em veículos contínuos de cuidado e partilha de saberes. Certa vez, no meio da noite, um dos integrantes do projeto recebeu a ligação de um amigo que, sabendo de sua atuação como pesquisador e extensionista em um projeto sobre HIV/Aids, procurou ajuda para saber como proceder após uma situação específica durante a prática de sexo anal. Em outra ocasião, por meio do *Instagram* do projeto, uma pessoa enviou uma mensagem buscando orientação para lidar com o rompimento do preservativo durante o ato sexual, sem saber como agir diante daquela situação de exposição.

Sendo assim, acreditamos que essas múltiplas formas de se falar sobre o HIV e a Aids nos levam a reconhecer o nosso papel enquanto agentes de resposta ao que Paula Treichler chama de “epidemia de significação”. Cabe-nos, portanto, compreender esses sentidos/significações e suas implicações na realidade social, desde o seu início até os dias atuais, bem como as múltiplas respostas – algumas frutíferas, outras infrutíferas – com as quais nos deparamos ao longo dessas cinco décadas, para construindo, assim, uma “epidemiologia de significação”. (TREICHLER, 1999 apud PARKER, 2024).

Ainda dá o que falar: não é o fim

Annie Ernaux (2023) ao relatar o seu processo de escrita, retomando a sua história de “trânsfuga social”, como ela própria se denomina, afirma que percebe a sua escrita como uma forma de subverter as visões de mundo dominantes, de vingar a sua raça. Nesse sentido, a escrita é por ela sentida como faca, quase uma arma de que precisa. Ainda que a “gramática” do HIV/Aids tenha mudado ao longo das décadas, é tentador pensar neste projeto como a autora francesa pensa sua escrita. As ações por nós empreendidas se unem a décadas de epidemia, a vidas perdidas, aos mais diversos tipos de respostas, a militâncias, a memórias, a estratégias para trazer dignidade e cidadania a pessoas que vivem com o HIV e a prevenir aquelas que acreditaram no fim da Aids. Se o projeto em si pode ser pensado como uma resposta estratégica ao HIV/Aids, suas ações podem ser percebidas como espécie de matrioskas: estratégias dentro da estratégia. Falando, escrevendo, performando, a partir de um saber adquirido intra e extramuros, exploramos e conquistamos espaços extramuros, ampliando a nossa área de atuação. O que significa abrir novos ou já conhecidos caminhos para alcançar resultados para as demandas com as quais lidamos.

Os resultados das ações de extensão realizadas tornam-se evidentes nos feedbacks recebidos, que demonstram a apropriação de conhecimentos por parte das pessoas envolvidas. Durante as oficinas, por exemplos, obtemos outro indicativo do impacto positivo das atividades: é a forma como os sujeitos compartilham memórias e relatos relacionados ao HIV/Aids — muitas vezes, narrativas marcadas por experiências de violência, discriminação e preconceito. Em alguns casos, os participantes chegam a revelar seus próprios diagnósticos, gesto que evidencia o reconhecimento das oficinas como espaços seguros, acolhedores e propícios ao diálogo sensível sobre temas ainda atravessados por estigmas, morte e luto — mas também por reinvenções da vida, estratégias de cuidado e afirmação da sobrevivência como forma de resistência e existência.

Conscientes disso, o Projeto de Extensão *Falando sobre Aids* foi se constituindo como um potente agente de enfrentamento a tão persistente tríade estigma-discriminação-preconceito que tanto entrava a resposta local, nacional e global a epidemia de HIV/Aids. Nosso nível de atuação e alcance não se limita a um território específico, visto que desenvolvemos ações em diversas frentes: em universidades, nas redes sociais, no campo da escrita acadêmica e em eventos com ONGs e OSCs, sobretudo da Paraíba, mas também de outros estados. Estar situado no ambiente universitário, espaço privilegiado para a circulação de jovens, nas redes sociais, que atravessam fronteiras e nos deslocamentos que as parcerias aqui mencionadas promovem, faz do *Falando sobre Aids* uma ferramenta estratégica, utilizando o potencial pedagógico da extensão, respaldado pelo ensino e a pesquisa, os dois outros termos do trinômio que subsidia a existência universitária. As interlocuções que as atividades propostas promovem repercutem para “fora”, como preconiza a extensão, mas também para “dentro”, aí englobando o público universitário e os próprios integrantes, cujas profissões são construídas e lapidadas também a partir destas reverberações.

Além do alcance presencial, observa-se um crescimento significativo da presença do projeto nas redes sociais. O número de seguidores em nosso perfil no Instagram tem aumentado continuamente, sinalizando o interesse e a confiança do público nas ações desenvolvidas — atualmente, contamos com 1.202 seguidores. Por meio dessa plataforma, recebemos diversas mensagens com dúvidas sobre riscos de exposição ao HIV, medidas de prevenção, locais de testagem e acesso às profilaxias pré e pós-exposição (PrEP e PEP), o que reforça o papel das redes sociais como canais estratégicos de disseminação de informação e promoção da saúde.

Para finalizar, retomemos as palavras de um dos nomes que trouxeram a busca por cidadania para a ribalta, ator-chave na resistência, Herbert Daniel: “manter a esperança é fundamental, como método terapêutico” (p. 24). Para além dos interesses acadêmicos, dos louros conquistados através das atividades universitárias, de algum modo o que nos atrai para um tema como o que abordamos aqui é a solidariedade. E sendo assim, continuamos de mãos dadas com o revolucionário acima, tendo em vista que dentre as muitas lições que nos legou está o entendimento de que “a solidariedade é uma força política, a única capaz de transformar o mundo”.

O fim da Aids ainda não chegou, menos ainda o fim do “vírus social”. Se é assim, há ainda muito a se falar. E a fazer.

Referências

BARBOSA, Regina Maria; VIELLA (Villela), Wilza Vieira. *A trajetória feminina da AIDS*. In: PARKER, Richard; GALVÃO, Jane (orgs.). *Quebrando o silêncio: mulheres e AIDS no Brasil*. Rio de Janeiro: RelumeDumará; ABIA; IMS/UERJ, 1996. p. 1732

BIEHL, João. Antropologia no campo da saúde global. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 17, n. 35, p. 257-296, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/twDHCzCdqq6dXRhV5BLxkSy/> Acesso em: 15 mai 2025.

_____. BIEHL, João. Antropologia entre o inesperado e o inacabado. 2016. Porto Alegre. *Horizontes Antropológicos*, ano.22, n.46, p.389-p423. Entrevista concedida à Patrice Schuch. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/4xkyxd8YMRRkcXvXZx7nbMh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 mai. 2025.

BRASIL. Lei n. 9.313, de 13 de novembro de 1996. Dispõe sobre a distribuição gratuita de medicamentos aos portadores do HIV e doentes de AIDS. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 23725, 14 nov. 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9313-13-novembro-1996-349070-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 03 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente. Departamento de HIV, Aids, Tuberculose, Hepatites Virais e Infecções Sexualmente

Transmissíveis. *Boletim epidemiológico HIV/Aids 2024*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024. 60 p. Disponível em: https://www.gov.br/aids/pt-br/central-de-conteudo/boletins-epidemiologicos/2024/boletim_hiv_aids_2024e.pdf/view. Acesso em: 5 abr. 2025.

CARDOSO DE OLIVEIRA, In: A antropologia fora da academia. SILVA, Gláucia (org.). *Antropologia Extramuros: Novas Responsabilidades Sociais e Políticas dos Antropólogos*. Brasília: ABA: Paralelo 15, 2008.

DANIEL, Herbert. *Vida antes da morte*. 4. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. *A terceira epidemia: ensaios e tentativas*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2018.

ERNAUX, Annie. *A escrita como faca e outros textos*. Trad. Mariana Delfini. São Paulo: Fósforo, 2023.

FLEISCHER, Soraya; FRANCH, Mónica. *Uma dor que não passa: aportes teórico-metodológicos de uma antropologia das doenças compridas*. *Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho*, João Pessoa, v. 32, n. 42, p. 13-28, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/2525>. Acesso em: 6 mai. 2025.

GALVÃO, Jane. As respostas não-governamentais brasileiras frente à epidemia de HIV/AIDS: 1981-1996. In: *AIDS no Brasil: a agenda de construção de uma epidemia*. Rio de Janeiro: Ed. 34/ABIA, 2000.

GEERTZ, Clifford. *Nova luz sobre a antropologia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GUIBERT, Hervé. *Ao amigo que não me salvou a vida*. São Paulo: Editora Todavia, 2023.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51046>. Acesso em: 5 abr. 2025.

JOAQUIM, Felipe Ferreira; CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de. *Revisão Bibliográfica: oficinas*. *Educação em Revista*, v. 36, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/J5G58pGL7dHCzHF36S94mZs/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 02 mai. 2025.

KNAUTH, Daniela. Ciência e Sociedade na Produção e Reprodução de Estigmas e Discriminação. In: MONTEIRO, S. & VILLELA, W. *Estigma e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hrc5s>. Acesso em: 2 mai. 2025.

MARTIN, Nastassja. *Escute as feras*. São Paulo: Editora 34, 2021.

MORAES, Isaque; SOUZA, Akim; MORAES, Gabriel. Letras Posithivas: uma disseminação artístico-literária por meios digitais. In: FONSECA; ANUNCIACÃO; ASSIS (org.). *Cadernos Posit(hiv)os: AIDS, Literatura e cultura em perspectiva* [e-book]. João Pessoa, PB: Sal da Terra, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1aDBVIXkLt4CClUyM2EHySzBvHU4TRcbG>. Acesso em: 10 de mai. 2025

PARKER, Richard. *A política do fim da AIDS*. *Boletim ABIA*, n. 61, jan. 2016. Disponível em: https://abiuids.org.br/wp-content/uploads/2015/11/FIM_da_AIDS_capaverm_jan2016.pdf. Acesso em: 13 mai. 2025.

PARKER, Richard & AGGLETON, Peter. *Estigma, discriminação e AIDS*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABIA, 2021.

PARKER, Richard. *Epidemias de significação e políticas de saúde global: do fim da AIDS ao fim da ampliação da resposta global da AIDS*. *Global Public Health*, 2024. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17441692.2024.2386920>. Acesso em: 15 mai. 2025.

PERLONGHER, Néstor. *O que é AIDS*. Coleção Primeiros Passos, n. 197. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PERRUSI, Artur; FRANCH, Mónica (orgs.). *Casais (im)possíveis: um estudo socioantropológico sobre sorodiscordância para o HIV/Aids*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2013.

SILVA, Gláucia. Introdução. SILVA, Gláucia (org.). *Antropologia extramuros: novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília: Paralelo 15; Associação Brasileira de Antropologia, 2008.

SPINK, Mary Jane Paris et al. A construção da AIDS-notícia. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 17, n. 4, p. 851-862, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vcGtwR9pcxZv3QBvmLXmyzy/?lang=pt>. Acesso em: 12 mai. 2025.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 1.077, 26 abr. 1989.

VIEIRA, Fábio Carvalho & SCHWADE, Elisete. A antropologia diante da extensão universitária. *Vivência: Revista de Antropologia*, [S. l.], v. 1, n. 63, p. 8-9, 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/39496>. Acesso em: 12 mai. 2025.